

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

O OLHAR IMPERIAL SOBRE A AMÉRICA

Maria Helena P. T. Machado
Universidade de São Paulo

Eu não imagino aplicável a esta região da América senão a medicina que tanto se recomenda a toda ela: a imigração de indivíduos das raças vigorosas do norte do globo (...) Este país parece na verdade moribundo. Mas nem toda a esperança está perdida. A poucos instantes, ao cair da tarde, estendendo os olhos por estas águas dos Solimões, de pé, sobre a proa do nosso paquete, eu via o sol afundar-se majestoso, como sobre o oceano, no ocidente que nós demandamos (...) Assim, meus senhores, na dúbia escuridão do selvagem há ainda um vestígio do dedo de Deus, uma faísca sobrehumana que convida e atrai a civilização, que pode recebê-la, aquecê-la, desenvolvê-la, se ela for a verdadeira civilização, isto é, o trabalho honesto, o comércio leal, a indústria inteligente, a instrução derramada em ondas, não distribuída em gotas, a moralidade, não pregada em máximas estéreis ou nos textos da missa em latim, mas praticada e aviventada em fatos¹.

Redigido por Tavares Bastos em 1865, a bordo do vapor Ycamiaba que descia lentamente o Solimões, o trecho acima expressa o anseio maior e a esperança mais tenaz de gerações de intelectuais e políticos a respeito dos destinos do Brasil: a de que o sol ocidental viesse aquecer as paragens mais remotas do Império nas quais as sombras do selvagem continuavam a acusar a fragilidade da civilização. Sol ocidental que emanaria seus raios benfazejos, concretizando-se num programa de construção de uma nação moderna e progressista. O foco da questão encontra-se muito claramente explicitado: trata-se mais uma vez de enfrentar o problema crucial da barbárie *versus* civilização na constituição nacional, e o papel que teria nele a desempe-

nhar os extensíssimos sertões e desertos que até então perfaziam a maior parte da nação. Questão crucial na definição das questões políticas nacionais, o problema da submissão das massas não-brancas e dos territórios apenas superficialmente colonizados ao universo europeizante das elites proprietárias havia se colocado desde a Independência de maneira contundente. Não nos esqueçamos, no entanto, que a manutenção da unidade territorial, nas primeiras décadas do XIX e, mais tarde, o programa de integração integração nacional, que se viria a explicitar paulatinamente no impulso modernizador do II Reinado, pressupunham igualmente a liderança das elites nacionais, imbuídas de um nascente nacionalismo e da ânsia de delimitar a legitimidade de sua função de mediar os ditames do progresso com a ordem paternalista e escravocrata.

Discutindo a questão da constituição de uma ideologia *criolla* independentista nos anos de 1820 a 1840, Pratt em *Imperial Eyes*², sublinha que às elites da América hispânica não se colocava apenas o problema da manutenção do controle social e da civilização, sempre entendidos ambos como sinônimos da europeização das camadas nativas, mais ou menos aculturadas, e das massas de escravos e ex-escravos que perfaziam a maior parte das sociedades colonais. A este desafio sobrepunha-se outro. Pois estas mesmas elites, defrontando-se com os temas da emergente modernização propostos a nível mundial pela vanguarda capitalista, como os da industrialização e capitalização, procuravam estabelecer os filtros “nacionais” a partir dos quais se poderia estabelecer um programa nacional de reformas, capaz de assegurar e projetar para o futuro a hegemonia das elites dirigentes nacionais. Neste aspecto, o clássico *Civilização e Barbárie*³ surge como o exemplo mais bem acabado dos dilemas das elites argentinas pós-independência, isto é, livrar-se da bárbarie que infectava a sociedade argentina, corrompendo com sua selvageria e violência, seu caráter conservador, arredio ao progresso e às luzes da civilização, as possibilidades de construção de um estado liberal e de uma sociedade modernizada. O outro lado da equação modernizadora exige a reconsideração destes mesmos dramas sob nova luz. Pois *Civilização e Bárbarie* explicita também como o

próprio caráter argentino, que ao fim e ao cabo justifica e embasa a especificidade da sociedade argentina legitimando a originalidade da formação nacional, repousava no estilo de vida do gaúcho, no qual a figura legendária de Facundo Quiroga, com seu caudilhismo autoritário, arredio à lei e personalista, ao mesmo tempo que magnetiza a atração dos leitores e conduz a própria narrativa, surge como exemplo maior daquilo que deve ser extirpado em nome da emergência da sociedade nacional.

As ambivalências entre progresso, nacionalismo e modernização não foram monopólio das elites argentinas, mas estiveram implantadas no próprio cerne da questão da emergência de uma sociedade americana – brasileira – independente e moderna. Nos sonhos mais caros a estas facções modernizadoras de nossa elite, nos relatos de viagem do viajante nacional, em suas propostas de reforma e modernização, encontram-se descritas as possibilidades de integração modernizadora dos sertões mais ermos e das paragens mais dilatadas do território brasílico, dos sertões da Amazônia, do Mato Grosso e Goiás. Nestes surgem com constância cenas otimistas de progresso material das regiões mais parcamente civilizadas ou claramente selvagens, com figuras de trens cortando planícies sem fim, vapores vencendo distâncias incalculáveis, estabelecendo redes de comércio e troca, dinamizando os ritmos mais acanhados, estimulando as iniciativas pessoais e, mais que tudo, estabelecendo o universo comum da nacionalidade. Tudo isso movido pelo trabalho laborioso de selvagens, transformados em operários do progresso e da disciplina. Às imagens repletas de cenas risonhas de progresso e desenvolvimento – imagens estas que nossas consciências de final de século e milênio registram como o horror dos horrores – de barcos a vapor singrando rios selvagens, de estradas de ferro rasgando selvas virgens e de índios e tapuios diligentemente cortando árvores colossais para alimentar as fornalhas dos monstregos modernos, outras se antepõem, marcadas por sentimentos de perda, de solidão e aniquilação, nas quais a figura humana encontra-se esmagada pela pujança da natureza. Pois, se na equação do progresso e modernização a natureza e o selvagem, que surge com ela mimetizado, são os obstáculos a ser o mais prontamente

possível eliminados, a sua destruição acarreta perda irreparável do modo de ser nacional.

E se perguntarmos exatamente qual o prejuízo que causa a destruição de uma natureza tão selvagem e intratável poderemos, talvez, começar a encontrar a resposta numa outra série de visões, filiadas agora às imagens positivas da emergência das jovens nações americanas e o papel que estas teriam a desempenhar no “concerto das nações”. Nesta operação, a América selvagem se desdobra numa América jovem, possuidora daquilo que a velha Europa, exaurida por um excesso civilizatório, anti-natural e corruptor, mais necessita: vitalidade, pureza e simplicidade. Assim, sobrepondo-se às imagens sombrias, a natureza agora aparece como reservatório de uma pureza intocada pelas hipocrisias sociais, tendo o poder de regenerar o homem. Voltemos ao selvagem Solimões e ao pacote que conduz as divagações de Tavares Bastos.

O discurso de Tavares Bastos, escrito em defesa à livre navegação do Amazonas, havia sido redigido ao longo de uma viagem que havia realizado como simples cidadão, “como *touriste*, como entusiasta sincero da natureza americana, em cujos desertos e à sombra de cujas florestas o espírito agitado repousa das fadigas e liberta-se das tristezas, onde o espetáculo da criação apura os sentimentos varonis do homem, onde a alma enrugada pelos ventos frios da sociedade se expande e reverdece, onde a robustez do pensamento, que eleva-se, contemplando, o modera, acalma e fortifica”⁴. Portanto, a majestosa natureza selvagem de Tavares Bastos não apenas demanda o calor salvador do sol ocidental e seu poder de mitigar a barbárie da natureza, tornando-a receptora das benesses da ocidentalização da porção mais a ocidente do globo, como surge esta mesma natureza como portadora da sutil potencialidade de acalmar os espíritos fatigados e corrompidos pela mesma almejada civilização. Dupla tarefa, pois à visão grandiloqüente de uma natureza onde a barbárie esmaga o homem e acolhe em sua dúvida escuridão apenas o selvagem, outra se entrelaça, na qual esta mesma civilização, cansada de seus excessos, encontra nela as forças necessárias para sua regeneração. Pois é preciso ter em mente que, apesar de jovem, a

barbárie corruptora e a deterioração precoce do homem nos trópicos⁵ já aí se faz sentir. E, de fato, segundo Tavares Bastos, o país encontra-se moribundo, infectado pela barbárie, que lhe suga as energias juvenis, contaminando os homens com um apego a um passado a-histórico e imutável, apego a hábitos imemoriais, produzindo um atraso atávico. Especialmente envenenando as elites com o despotismo mais tacanho e arredo às considerações do bem comum, tudo isso fruto de um egoísmo que não conhece os freios impostos, nas sociedades européias, pelas instituições e pelo caráter elevado do homem idealista.

Dupla imagem do país, a jovem nação, em busca de um modelo progressista, já se encontra moribunda. Tomadas pela natureza selvagem, suas próprias elites encontram-se contaminadas pela barbárie do espírito conservador e tacanho, pelo atraso dos hábitos, pelo egoísmo desenfreado, pela falta de horizontes. Em todo este trecho, o impacto de imagens fortes, derivadas de uma linguagem romântico-nacionalista que identifica a nação com a natureza e esta com diferentes concepções do primitivo e do selvagem, visto e descrito a partir de configurações míticas, combina-se com o apelo a um programa modernizador que propugna, a partir dos moldes do liberalismo norte-americano, a imigração, a indústria e comércio como única saída e derradeira esperança capaz de viabilizar a constituição do país independente. O enquadramento da natureza na linguagem do pujante, do gigantesco e do primitivo, alia-se às imagens que se colocam mais além e se apresentam permeadas de subjetividade e de apelo ao mítico. Será ao sol que mergulha no selvagem Solimões que o autor, novo homem americano, figura arquetípica do herói solitário e civilizador, demanda às luzes do ocidente.

Como já observei, a demanda do sol ocidental, capaz de iluminar as mais tenebrosas sombras nas quais vegetava o teimoso selvagem americano, arredo ao progresso e à civilização, parece ter sido a almejada solução proposta por gerações de intelectuais, burocratas e administradores que, desde a Independência, reivindicavam a solução europeizante para a ex-colônia⁶. Uma fração destas elites, gestada nos quadros do fortalecimento do poder centralizador da corte, juntamente com a submissão das

442

elites provinciais e locais concretizada, dos anos 20 a 50, pela mão de ferro de homens que entenderam a unidade nacional como condição *sine qua non* para a manutenção do Brasil nos limites de uma sonhada europeização, serão lançadas ao centro do palco no contexto do II Reinado, como administradores, burocratas e cientistas práticos e publicistas da causa modernizadora, que atendiam então à ampliação dos braços do Estado em direção às áreas remotas do território imperial e aos projetos modernizadores⁷. À geração heróica dos *founding-fathers* da nação – como os irmãos Andrada e Silva – seguida pelos primeiros românticos que estabeleceram um pioneiro narrador de uma prosa que se propunha eminentemente nacional⁸, aos intelectuais, homens de Estado e políticos que se aglomeraram em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição oficial e oficialasca, voltada para a promoção da formação da nação e da nacionalidade, travestida na roupagem do jovem império e de seu culto imperador⁹, agora já adentrada a segunda metade do XIX, uma nova vertente de pensadores do projeto nacional e da nacionalidade fazia-se notar. Imbuídos de um ideal modernizador, que se inspirava nos moldes norte-americanos de desenvolvimento e que buscava na ciência a inspiração e as forças para enfrentar os desafios de integrar extensíssimos desertos e suas populações selvagens nos trilhos do progresso, um grupo procurava colocar-se na boca de cena, figurando uma nova inserção nos debates a respeito da condição nacional.

Não que este tenha se constituído, no cenário do II Reinado, como um grupo em si mesmo amplamente notável como haviam sido e ainda eram aqueles formados pelos políticos das antigas linhagens familiares que se haviam organizado em feudos nos partidos e que serviam de veículo para a investidura das novas gerações nos cargos públicos e nas sinecuras do poder ou ainda, composto por literatos, poetas e intelectuais que, clamando pelo reconhecimento público de seu papel formulador dos contornos nacionais, achava-se, na verdade, em posição dependente, à espera das benesses de uma consagração pública. Num país como o Brasil, no qual o atrelamento às demandas externas e a inserção na ordem internacional sempre haviam sido consi-

derados como norteadores, difícil foi a emergência de um grupo identificado com idéias reformistas e propostas práticas de modernização do país, cujo alcance pressupunha pelo menos certa reflexão sobre o desenvolvimento interno e a integração das diferentes regiões do país por meio da constituição da infra-estrutura de transportes – a navegação a vapor e as vias férreas – e da adoção de medidas racionalizadoras para o aproveitamento da mão-de-obra do elemento nacional e da alocação das terras improdutivas ou sub-utilizadas no circuito de uma agricultura planejada e capitalizada.

As idéias reformistas que vicejaram no II Reinado encontram seu ponto comum numa questão fundamental, que então afligia a todos homens públicos que refletiam sobre a necessidade da modernização. Era esta a atinente à constituição de uma infraestrutura de transporte, principalmente de estradas de ferro e de companhias de navegação a vapor, questões que colocavam então em cena aquelas paragens remotas do Império, ainda denominadas de desertos e sertões fragosos, nos quais o braço do Estado se fazia vagamente presente sempre mediado pelas atrasadas elites locais, pela existência de territórios incultos, nos quais índios se faziam senhores. Lembremos que estas populações haviam secularmente resistido à ação civilizatória dos jesuítas e, mais tarde, à incorporação que almejavam alcançar os estabelecimentos de iniciativa estatal, como quartéis e colônias agrícolas¹⁰, que, no mais das vezes, acabavam adaptando-se ao ritmo moroso da vida nas paragens remotas, abalando a própria credibilidade da ação integradora do Estado. A política pombalina e as tímidas iniciativas ilustradas de cunho prático, encetadas pelos filhos das elites coloniais, educados em Coimbra e animados pelo senso prático e cauteloso de uma ilustração reformista, haviam, no contexto do XVIII, estabelecido algumas linhas importantes da ação do Estado na formulação de uma possível reforma integradora do território e de suas áreas remotas¹¹.

A partir da segunda metade do XIX, e sobretudo na década de 1870, a questão da premência do estabelecimento de uma infraestrutura de transporte integradora e a questão da modernização do sertão, entendido como as vastas áreas da Amazônia,

Mato Grosso e Goiás, com a absorção do seu habitante às atividades comerciais, úteis e lucrativas, vai monopolizar a atenção de importante parcela das elites nacionais. Nesta, duas inserções se fazem presentes. Uma primeira remonta a uma formação de cunho liberal, existente na Academia de Direito de São Paulo, que se responsabilizou por formar parcela significativa da burocracia do Império. Como notou Sérgio Adorno, o liberalismo brasileiro foi, durante muito tempo, monopolizado pelo bacharel que, profissionalizando-se no mundo da política, abraçou causas nacionais, sempre inspirados por uma ação civilizatória. Neste sentido, liberalismo de cunho jurídico, veiculado pela Faculdade de Direito do largo São Francisco, que desde 1828 passara a formar os filhos das elites plantadoras e os principais contingentes da burocracia do Estado imperial, fundamentou a constituição de uma consciência nacionalista que encontrou sua base em princípios éticos e jurídicos e que foi abraçada pelos construtores do Estado. No entanto, ressalte-se que, conforme sublinha o autor, a incorporação de um liberalismo de base ética-jurídica deu-se por meio do descarte do desafio democrático¹². Portanto, no decorrer do II Reinado, o significativo número de políticos profissionais, ministros, deputados, conselheiros, estadistas etc que, formados pela concepção liberal-bacharelesca disseminada pela Faculdade de Direito paulista, incorporaram-se à vida política nacional, assim o fizeram por meio da defesa de uma concepção ao mesmo tempo liberal e nacionalista – não importando o quanto isto possa parecer estranho¹³. Equação que se tornava viável na luta pela construção de um Estado forte e integrador, capaz de assegurar a liberdade e segurança da parcela da população com direitos à cidadania¹⁴. O envolvimento com a causa nacional nos quadros da burocracia do Império, nas presidências de província, como por exemplo a atuação de Couto de Magalhães enquanto Presidente da Província de Goiás na defesa da navegação a vapor do Araguaia¹⁵, ou ainda por meio da atuação política ou na imprensa – como o fez Tavares Bastos que, deputado atuante na Câmara, encontrou na atividade de publicista, em suas famosas *Carta de um Solitário*¹⁶, seu principal veículo de divulgação e defesa da livre navegação do Ama-

zonas – sempre inspirados pelo liberalismo conservador que passava a procurar na América do Norte, no *yanquismo*, as saídas para o desenvolvimento e integração dos sertões nacionais.

Uma outra inserção que se deve ressaltar, esta bastante óbvia dado seu envolvimento imediato com a causa nacional e com a problemática das áreas recuadas e fronteiriças do país, reporta-se à Escola Militar e sua dupla formação, de oficiais propriamente ditos e de engenheiros. Fundada em 1810 por iniciativa de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Real Academia Militar ambicionava prover a colônia, transformada em sede da monarquia, de homens capazes de atuar de maneira efetiva no desenvolvimento e integração das áreas mais recuadas do território. A partir de uma formação ao mesmo tempo científica e prática, cabia ao oficial militar e ao oficial engenheiro enfrentar os enormes desafios colocados pelas dimensões territoriais e os obstáculos quase intransponíveis que se antepunham na realização de uma missão civilizatória em paragens remotas, o que, por sua vez, garantia a soberania portuguesa sobre os territórios recuados e suas populações selvagens. O primeiro currículo adotado pela instituição, de caráter meramente idealístico, já que à Corte faltavam de todos os meios, livros e lentes capazes de executá-lo, havia sido decalcado do da Universidade de Coimbra, produto da reforma pombalina de 1772, que se notabilizava pelas preocupações das ciências práticas e da matemática¹⁷. No Brasil, destarte a real concretização do mesmo fosse totalmente inexequível, a escola, embora tenha passado por sucessivas reformas e melhoramentos, funcionou sempre precariamente, porém se encarregando de formar toda uma classe de intelectuais e militares, que ativamente participaram das grandes questões nacionais e encontraram sua função social no envolvimento com as questões cruciais atinentes às áreas remotas do Império, regiões estas que desde logo, estavam os militares afeitos. As durezas da vida da caserna e a disciplina draconiana, conforme descrita por Taunay em suas *Memórias*¹⁸, preparava estes intelectuais para o contato com a dura realidade dos sertões e das áreas de fronteiras, nas quais o militar-engenheiro encontrava, por assim dizer, seu meio ambiente natural. Assim, foi por

meio da formação militar prático-científica que uma determinada inserção na questão nacional começa a ser gestada e que encontrou, por afinidade de interesse e razão social, a figuração de um Brasil que se faz distante do mundo da Corte que, na segunda metade do XIX, sob o influxo dos ideais europeizantes, começava a expurgar características coloniais, abraçando os ideais de uma urbanização disciplinarizadora de extração burguesa. A juventude que se formava na Academia Militar, sediada ela própria no Rio de Janeiro, embora participasse da vida da Corte, acompanhando sua vida política e, muitas vezes, participando de seus saraus, tinha os olhos postos nas paragens mais remotas, nos territórios incultos e nos dilatados sertões que perfaziam a maior parte do território nacional. Acrescente-se que, se desde seus primórdios a Academia Militar vai possibilitar a educação de jovens menos abastados do que aqueles que procuravam a Academia de Direito de São Paulo, sobretudo com a criação do oficial aluno, é também verdade que os cursos de engenharia, que demandavam longos sete anos de estudos, vai desempenhar o papel de formador da elite militar. Embora a instituição do exército se mantivesse relegada a um segundo plano e sua formação carecesse do prestígio da formação em leis, é também verdade que a Academia formou uma elite militar que no II Reinado, sobretudo por conta da Guerra do Paraguai e das crescentes exigências de integração dos territórios mais remotos, vai encontrar um espaço de atuação¹⁹. E se a formação científico-prática para a qual se voltava a Academia Militar relegava os estudos da história pátria e militar para segundo plano, é também verdade que a formação militar valorizava os estudos da geografia – inclusive formando engenheiros-geógrafos – sensibilizando oficiais e engenheiros para a realidade territorial, para os estudos da natureza brasileira e para a construção de uma figuração nacionalista que se realizava por meio da vivência de um Brasil extra-urbano, sertanejo e arreado aos estrangeirismos e modismos da corte. Neste ambiente intelectual reatualizava-se os feitos jesuíticos e a atuação dilatadora do território dos exploradores coloniais na figura dos bandeirantes e dialogava-se com os sábios naturalistas e viajantes estrangeiros que então dissecavam a natureza da natureza e das raças brasileiras.

Homens como Taunay, Severiano da Fonseca, Couto de Magalhães, André Rebouças, apenas para ressaltar os mais notáveis, embora possam ter se notabilizado em outras áreas, como capitalistas, romancistas, políticos e estudiosos das populações e línguas nativas, envolveram-se, pelo menos durante certa fase da vida, em missões de caráter militar, estratégico e prático, sempre de cunho oficial, nas quais tiveram a oportunidade de tomar contato e de refletir sobre o Brasil de desertos e sertões, tão alheio às preocupações da Corte e das rodas políticas e intelectuais do Império²⁰. De fato, a experiência da vida passada nas tendas de Campanha da Guerra do Paraguai, nos territórios ermos das fronteiras, junto às populações apenas parcamente civilizadas, de recrutas e índios parcialmente cristianizados, para não falar dos grupos decididamente selvagens, senhores ainda das paragens remotas do território, parece ter subsidiado uma certa composição de um Brasil remotamente familiar à vida citadina e uma inserção nova nos debates a respeito dos destinos nacionais. Se estes foram homens que a história notabilizou, é preciso acrescentar outros, personagens menos notáveis, como os de Rufino Tavares (Primeiro Tenente Reformado da Armada Nacional e Imperial e Comandante do Vapor Óbidos da Amazon Steam Navigation Company Limited) que em 1876 apresentou o estudo *O Rio Tapajós*²¹, Antonio Florêncio Pereira Lago (Major do Estado Maior e Chefe da Comissão Exploradora dos Rios Tocantins e Araguaia, 1876²²) e João Wilkens de Matos²³ (que relatou a primeira viagem do vapor Monarca da cidade de Manaus para Nauta no Peru) mas de igual importância para a discussão que aqui se pretende fazer pois, em geral, a consagração de alguns havia sido antes subproduto de atividades estranhas a estas que aqui se enfoca.

Sublinhe-se que a inserção específica que pretendo ressaltar é menos aparente do que se imagina. A própria literatura que este grupo produziu deve ser buscada nos aparentemente enfadonhos relatórios técnicos de viagens e missões oficiais, escritos numa pretendida linguagem ligeira, característica dos relatos escritos ao sabor dos acontecimentos, no qual o correr da pena só tinha lugar nas noites de luar, após dias tormentosos e tumultuosos.

tuados, passados no defrontar de um sem número de perigos e peripécias. Se Taunay, por exemplo, iniciou suas viagens de exploração do interior do Brasil como Tenente da Armada na Guerra do Paraguai, atividade esta que lhe inspirou a redação de inúmeros trabalhos, entre relatórios técnicos, diários e narrativas de viagem, todos voltados para a descrição e apreciação da natureza e do tipo humano sertanejo, foi apenas com a publicação do romance *Inocência*, em 1872, na qual pintou o quadro de costumes sertanejos com a fluidez e naturalidade capaz de dar vida a uma paisagem e personagens “típicamente brasileiros” que ele se notabilizou²⁴. Sem ser propriamente uma literatura de viagem, uma vez que o motivo da escrita reporta-se ao registro da execução de uma missão ou tarefa bem determinada, como a de estabelecer os marcos limítrofes nas dilatadas fronteiras, comprovar a navegabilidade dos rios e mapear as zonas do território ainda desconhecidas, ela acaba por ocupar o lugar de uma literatura de viagem empreendida por nacionais e que viria a demonstrar, em primeira análise, a capacidade que os próprios brasileiros possuíam de analisar, entender, catalogar o seu país, sem a ajuda indispensável do viajante-sábio-naturalista estrangeiro. Seria pois esta, ao menos à primeira vista, um sucedâneo brasílico da literatura então mais voga, saída da pena do naturalista estrangeiro e que vinha fornecendo, desde as primeiras décadas do século, os subsídios por meio dos quais se devia compreender a natureza da paisagem e das raças brasileiras.

No entanto, ainda mais definitivo ainda foi o impacto causado pelo viajante e pelo gênero literário-científico da viagem nas áreas coloniais do globo, em especial, nas Américas, nas quais a entrada em cena do viajante, a partir dos finais do XVIII, coincidiu com amplos processos históricos. Articulando-se às mudanças econômicas européias da expansão capitalista e superação do modelo colonial-mercantilista, que oscilaram da ampliação do tráfico escravista e das lavouras de *plantation*, nas primeiras décadas do XIX, à crise deste modelo, nos movimentos abolicionistas e independentistas, no correr do século, a literatura de viagem fez-se palco para expressão de debates cruciais. Nas regiões onde os movimentos de independência ensejaram

reordenações políticas de monta, com a rearticulação das bases sociais e a necessária constituição de um projeto *criollo* de hegemonia política, a literatura de viagem ocupou um espaço importante na legitimação da originalidade da americana.

No caso do Brasil, onde a independência se realizou por meio de acordos e alianças que permitiram a manutenção de uma aparente continuidade política, com a instauração do Império e manutenção do Príncipe-Regente, o movimento de independência, a abolição e a problemática de construção de um corpo de cidadãos e de uma identidade nacional não coincidiram²⁵. De fato, foi na cena política e social do II Reinado, e em decorrência das crises ligadas à proibição do tráfico de escravos de 1850 e aos subsequentes debates e movimentos sociais em torno da abolição e do binômio integração/exclusão do elemento nacional, que o problema da identidade nacional e da concretização de um projeto político nacional e nacionalista se colocaram mais claramente²⁶. Será neste quadro que o viajante nacional estabelecerá uma inserção própria e um diálogo original com entidades abstratas, como a pátria, o povo, a nação e o território, procurando definir o legítimo lugar de uma voz que expressasse os projetos nacionais de integração territorial e desenvolvimento capitalista, subsidiados pela implementação dos meios de transporte e por projetos autoritários de utilização da mão-de-obra nacional, idealizados por uma elite reformista. Assim, seria por meio da análise de uma literatura supostamente copiada de sucedâneos estrangeiros, como é o caso da literatura de viagem nacional, que poderíamos rastrear debates políticos, dilemas ideológicos e concepções originais a respeito da legitimidade da implementação de um projeto nacional reformista e autoritário, baseado nos sertões e territórios recuados do Império da segunda metade do XIX. Inverter o ponto de vista da análise, trazer à boca da cena os sertões e desertos que no XIX ainda desafiavam a hegemonia política das elites europeizadas e a própria possibilidade do enraizamento da civilização nos trópicos, é enfoque que pode colaborar na construção de um quadro mais complexo a respeito dos projetos de integração nacional e dos limites ideológicos e políticos da elite reformista e nacionalista brasileira.

NOTAS

¹BASTOS, A. C. Tavares. "Carta a uma Comissão de Manaus. A bordo do Ycamiaba, 17 de nov. de 1865". In *O Vale do Amazonas. Estudo sobre a livre navegação do Amazonas. Estatísticas, Produções, Comércio, Questões Fiscais no Vale do Amazonas*. Rio de Janeiro, Garnier, 1866, p. 317.

²PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. Londres/ Nova Iorque, Routledge, 1992, pp. 186-187.

³SARMIENTO, Domingo F. *Civilización y Barbarie. Vida de Juan Focundo Quiroga*. México, Editorial Porrúa, 1991.

⁴BASTOS, Tavares. *op. cit.*, pp. 03-04.

⁵Haveria aqui alusão intencional às teses de Buffon e sobretudo às do Abade Raynal sobre a imaturidade da natureza e do homem americanos, associado no caso de Raynal, à degeneração precoce do homem destas regiões, que da infância passaria diretamente para a decrepitude? GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 19-59.

⁶DIAS, M. Odila L. da Silva. *O Fardo do Homem Branco. Southey, o Historiador do Brasil*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1974, pp. 01-20 e 255-296 e "Interiorização da Metrópole. (1808- 1853)". In MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *1822. Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986.

⁷MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo de Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990, sobretudo parte II, pp. 103-192. URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978, cap. III, pp. 81-124.

⁸SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O Narrador, a Viagem*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, parte III. "Figurações de um Narrador", pp. 156-276.

⁹SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870- 1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993, pp. 99-116 e *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, pp. 119-126.

¹⁰Sobre a atuação do poder colonial em suas tentativa de ocupar o sertão, sobretudo a partir do sec. XVIII, ver: SOUZA, Laura de Mello e. "Formas Provisórias de Existência: vida cotidiana nos caminhos, fronteiras e nas fortificações". SOUZA, Laura de Mello e. (org.). In *História da Vida Privada I. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 41-82 e DOLHNKOFF, Miriam. "Introdução", em José Bonifácio de Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1997. Para a segunda metade do século XIX ver as propostas de fundação de quartéis e escolas para crianças índias de iniciativa de José Vieira Couto de Magalhães, explicitadas por exemplo no "Prefácio à 2ª. edição" do livro *O Selvagem*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 13-17.

¹¹DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 278, jan./ jun. 1968, pp. 105-170.

¹²ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 75-78.

¹³ADORNO. *op. cit.*, consultar Quadro I, pp. 121-131.

¹⁴Vide análise esclarecedora de MATTOS. *op. cit.*, sobretudo Parte II, “Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias”.

¹⁵Vide: MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975, (Brasiliana) e MAGALHÃES, Couto de. *Diário Íntimo*. MACHADO, Maria Helena (org.), São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

¹⁶BASTOS, Aureliano C. Tavares. *Cartas do Solitário ao Redator do Correio Mercantil. Liberdade de Cabotagem. Abertura do Amazonas*. Rio de Janeiro, Tip. Correio Mercantil, 1863.

¹⁷MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar, 1810- 1944*. Rio de Janeiro, Editora Companhia de Artes Gráficas, 1976, cap. 01.

¹⁸TAUNAY, Alfredo d’Escragnoille. *Memórias*. São Paulo, Melhoramentos, s./d., parte I.

¹⁹Ver CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1998, em sua análise sobre a formação de André Rebouças na Academia Militar, pp. 83-88.

²⁰De todos estas personagens apenas a figura de João Severiano da Fonseca, exige maiores informações, uma vez que sua figura pública padece hoje de um certo esquecimento, ao contrário das outras personagens citadas que, ainda nos dias de hoje, continuam sendo largamente conhecidas. João Severiano da Fonseca (1857-78), médico, militar, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Alagoas, condecorado na Guerra do Paraguai, Comendador da Imperial Ordem da Rosa e autor de *Viagem ao Redor do Brasil (1857-78)*. Rio de Janeiro, Tip. Pinheiro, 1880.

²¹*O Rio Tapajós. Memória onde se estuda semelhante tributário do Amazonas, não só como elemento de riqueza e uma das melhores vias de comunicação, como também porque todo o território que banha é o dos mais apropriados para o estabelecimento de colonias agrícolas e industriais*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1876.

²²*Relatório de Estudos da Comissão Exploradora dos Rios Tocantins e Araguaia*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1876.

²³*Roteiro da primeira viagem do Vapor Monarca, desde a cidade da Barra do Rio Negro Capital da província do Amazonas, até a Povoação de Nauta na província do Peru*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1855.

²⁴Alfredo d’Escragnoille Taunay, ressalte-se as obras *Cenas de Viagem*, de 1868, *Narrativas Militares. Cenas e Tipos*, 1878, *Céus e Terras do Barsil. Cenas e Tipos; Quadros da Natureza; Fantasias*, de 1882, *Reminiscências*, 1907 e *Memórias*, de 1948. Sobre o romance *Inocência* ver, BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1994, pp.144-145.

²⁵DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Interiorização da Metrópole. (1808-1853)”. In MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *op. cit.*

²⁶MATTOS. *op. cit.*, pp. 193-250.